



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO  
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS

**RESOLUÇÃO Nº 004, DE 31 DE MAIO DE 2006.**

**(Revogada pela RESOLUÇÃO CEHIDRO Nº. 167 DE 13 DE JULHO DE 2023)**

Instituir critérios gerais na formação e funcionamento de Comitês de Bacias Hidrográficas no Estado de Mato Grosso.

O CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao disposto no Decreto Estadual nº 3.952, de 06 de março de 2002, art.1º, incisos I e VII; art.2º, incisos II, III e IV; e

Considerando a necessidade de se estabelecer diretrizes para a formação, instalação e funcionamento dos Comitês de Bacias Hidrográficas, de forma a implementar o Sistema Estadual de Recursos Hídricos do Estado de Mato Grosso, conforme estabelecido pela Lei Estadual nº 6.945, de 05 de novembro de 1997;

Considerando a necessidade da definição de critérios e requisitos para a apresentação, a análise e a aprovação, por este Conselho, das propostas de instituição dos Comitês de Bacias Hidrográficas;

Considerando a necessidade de se estabelecer critérios gerais para a elaboração dos regimentos internos dos Comitês de Bacias Hidrográficas.

RESOLVE:

**CAPÍTULO I  
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Art. 1º** Instituir critérios gerais na formação e funcionamento de Comitês de Bacias Hidrográficas no Estado de Mato Grosso.

**CAPÍTULO II  
DAS NORMAS E CRITÉRIOS PARA A INSTITUIÇÃO DE COMITÊS DE BACIA  
HIDROGRÁFICA**

**Art. 2º** - Para efeito desta resolução são adotadas as seguintes definições:

**I – Bacia Hidrográfica:** conjunto de terras drenadas por um rio principal e seus afluentes, cuja delimitação é dada pelas linhas divisoras de água que demarcam seu contorno.

**II – Comitê de Bacia Hidrográfica:** fórum de integração multissetorial que envolve representantes de órgãos governamentais, usuários de água e da sociedade civil; organizações privadas de interesse público constituídas por representantes dos poderes públicos, usuários das águas e organizações civis que desenvolvem e implementam os instrumentos técnicos de gestão, harmonizando conflitos e promovendo a multiplicidade dos usos da água, além de ações para a recuperação e conservação do meio ambiente e dos recursos hídricos em uma determinada Bacia Hidrográfica;

**III – Recurso Hídrico:** a quantidade de águas superficiais ou subterrâneas, disponíveis para qualquer uso, numa determinada região ou bacia;

**IV – Curso de Água:** rio ou canal;

**V – Ordem dos Cursos de Água:** é uma classificação que reflete o grau de ramificação ou bifurcação dentro de uma bacia. Segundo critério introduzido por Horton, modificado por Strahler, são consideradas de primeira ordem as correntes formadoras, ou seja, os pequenos canais que não tenham tributários; quando dois canais de primeira ordem se unem é formado um segmento de segunda ordem; a junção de dois rios de segunda ordem dá origem à formação de um rio de terceira ordem e, assim, sucessivamente: dois rios de ordem  $n$  dão lugar a um rio de ordem  $n + 1$  (Villela & Mattos, 1975);

**VI – usuário da água:** indivíduo, grupo, entidades ou coletividades que utilizam a água para uso consuntivo e/ou não consuntivo;

a) Usos consuntivos - são aqueles no qual a água é derivada de seu curso natural, somente retornando em parte, ou seja, há perdas entre o que é derivado e o que retorna ao curso natural. São exemplos de usos consuntivos; Abastecimento urbano, abastecimento industrial, irrigação, abastecimento rural e aquicultura.

b) Usos não-consuntivos - são aqueles que dispensam a derivação, geralmente não afetam a qualidade da água, mas podem alterar o seu regime. São exemplos de usos não consuntivos; geração hidrelétrica, navegação fluvial, recreação, lazer e harmonia paisagística, pesca, assimilação de esgoto e usos ecológicos.

**VII – Conflito pelo uso da água:** é uma disputa entre dois ou mais usuários de água de um mesmo manancial, seja em termos de quantidade ou qualidade;

**VIII – Divisão Hidrográfica:** é uma divisão do território onde os limites são divisores de água (bacias hidrográficas);

IX – Outorga: ato administrativo mediante o qual o poder público outorgante faculta ao outorgado o direito de uso de recursos hídricos, por prazo determinado, nos termos e nas condições expressas no respectivo ato administrativo.

**Art. 3º** - Os Comitês de Bacias Hidrográficas – CBH's, integrantes do Sistema Estadual de Recursos Hídricos, serão instituídos, organizados e terão seu funcionamento em conformidade com o disposto nos artigos 37 e 38 da Lei Federal nº 9.433, de 08 de janeiro de 1997 e nos artigos 21 e 22, da Lei Estadual nº 6.945, de 05 de novembro de 1997, observados os critérios gerais estabelecidos nesta Resolução.

**Parágrafo Único** - Os Comitês de Bacias Hidrográficas em rios de domínio do Estado de Mato Grosso são órgãos colegiados, com atribuições consultivas e deliberativas a serem exercidas na sua área de atuação.

**Art. 4º** – Os Comitês de Bacia Hidrográfica em rios de domínio do Estado de Mato Grosso terão como área de atuação:

I - a totalidade de uma bacia hidrográfica;

II - grupo de bacias ou sub-bacias hidrográficas contíguas que guardem entre si identidades que justifiquem sua integração, sejam elas físicas, bióticas, demográficas, culturais, sociais ou econômicas.

**Parágrafo Único** - A área de atuação de cada comitê será estabelecida na Resolução de sua instituição, com base no disposto na Lei nº 6.945 e nesta Resolução.

**Art. 5º** - A proposta de instituição de Comitês de Bacia Hidrográfica em rios de domínio do Estado de Mato Grosso deverá ser subscrita e encaminhada por, no mínimo, três das categorias abaixo para aprovação do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, e se aprovada, serão efetivadas mediante Resolução do Conselho Estadual de Recursos Hídricos.

I – Prefeitura cujo município tenha território na bacia hidrográfica.

II - Secretarias de Estado ou órgãos vinculados cujas pastas tenham interface com a gestão de recursos hídricos na bacia hidrográfica;

III – duas empresas ou entidades legalmente constituídas, representativas de usuários da água na área de atuação do Comitê de Bacia Hidrográfica a ser instituído envolvendo pelo menos, dois dos segmentos abaixo:

- a) abastecimento de água e diluição de efluentes urbanos;
- b) geração de energia;
- c) indústria, captação e diluição de efluentes industriais;
- d) agropecuária e irrigação;
- e) navegação;
- f) pesca, lazer, turismo e outros usos não consuntivos;
- g) extração mineral;

IV – duas organizações civis de recursos hídricos, como instituições de ensino e pesquisa, organizações não-governamentais, e outras organizações qualificadas como

Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIPS, legalmente constituídas há pelo menos um ano, com atuação relacionada e comprovada com os recursos hídricos da bacia hidrográfica.

§ 1º - Após a aprovação da proposta de criação do Comitê pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos, caberá ao seu Presidente, no prazo de trinta dias, dar posse à Comissão Pró-Comitê, com mandato de até seis meses e incumbência exclusiva de coordenar a organização e instalação do Comitê de Bacia Hidrográfica.

§ 2º - O prazo de mandato a que se refere o parágrafo 1º deste artigo será prorrogado, por tempo determinado pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos, desde que tenha sido prévia e justificadamente solicitado pelo Presidente Interino do Comitê de Bacia Hidrográfica, quarenta dias antes do término de seu mandato.

**Art. 6º** - Deverá constar da proposta de criação do Comitê de Bacia Hidrográfica, a ser encaminhada ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos, de que trata o artigo anterior, a seguinte documentação:

I - a proposta de que trata o art. 5º desta Resolução;

II - justificativa da necessidade e oportunidade de criação do Comitê, incluindo a perspectiva de sua sustentabilidade financeira;

III - breve descrição da situação dos recursos hídricos e caracterização física, delimitação da área da bacia ou grupo de bacias hidrográficas e da área de atuação do comitê, que permita propor a composição do respectivo Comitê de Bacia Hidrográfica;

IV - identificação, quando for o caso, dos conflitos pelo uso, de riscos de racionamento, de poluição das águas ou de degradação ambiental, decorrentes da utilização inadequada dos recursos hídricos, bem como a necessidade de medidas de preservação de mananciais;

V - identificação dos segmentos proponentes;

VI - indicação da Comissão Pró-Comitê composta por um Presidente, um Secretário Geral e uma Comissão Auxiliar com no mínimo dois e no máximo cinco membros, a qual caberá a coordenação da organização e instalação do Comitê de Bacia Hidrográfica.

a) as atividades da Comissão Pró-Comitê serão encerradas no ato da instalação do Comitê de Bacia Hidrográfica.

**Parágrafo Único** - toda documentação referida neste artigo deverá ser encaminhada na forma impressa e, em formato digital, observando-se o caráter formal dos documentos apresentados.

**Art. 7º** - Compete à Comissão Pró-Comitê:

I – executar as etapas previstas nos incisos VI a VIII do artigo 10º;

II – articular-se com os Poderes Executivos da União, do Estado e dos Municípios, quanto a indicação de seus respectivos representantes no Comitê de Bacia Hidrográfica;

III – acompanhar a escolha, por seus pares, das entidades civis de recursos hídricos devidamente qualificadas e com atuação comprovada na bacia, e dos setores usuários de recursos hídricos;

IV – elaborar o regimento interno do Comitê de Bacia Hidrográfica, constando:

- a) denominação, finalidade e competência do Comitê de Bacia Hidrográfica;
- a)b) descrição da área de atuação;
- b)c) estrutura organizacional e a proposta de composição do Comitê de Bacia Hidrográfica;
- e)d) mandato dos representantes e critérios de renovação ou substituição; e
- d)e) critérios para proposição, tramitação, deliberação e aprovação das matérias, definindo o quorum mínimo necessário.

V – organizar a reunião para instalação do Comitê e posse dos seus membros.

**Parágrafo Único** - O processo de escolha e credenciamento dos representantes, a que se refere o item III deste artigo, será público, com ampla e prévia divulgação;

### CAPÍTULO III

#### DAS COMPETÊNCIAS DOS COMITÊS DE BACIA HIDROGRÁFICA

**Art. 8º** - Aos Comitês de Bacia Hidrográfica, no âmbito de sua área de atuação, observado o art. 38 da Lei Federal nº 9.433 de 08 de janeiro de 1997 e o art. 21 da Lei Estadual nº 6.945, de 05 de novembro de 1997 e as deliberações pertinentes do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, compete:

I - promover o debate das questões relacionadas a recursos hídricos e articular a atuação das entidades intervenientes;

II - promover ações de entendimento, cooperação, fiscalização e eventual conciliação entre usuários competidores pelo uso da água da bacia;

III – realizar ações imediatas quando ocorrerem situações críticas, caso não haja entendimento entre os usuários competidores pelo uso da água, submetendo-as à avaliação da Secretaria Estadual do Meio Ambiente, posteriormente;

IV – elaborar seu regimento interno e alterá-lo, considerando as normas legais vigentes, e submetê-lo a aprovação do Conselho Estadual de Recursos Hídricos;

V – articular-se com Comitês de Bacia Hidrográfica próximos para solução de problemas relativos às águas subterrâneas de formações hidrogeológicas comuns a essas bacias;

VI - arbitrar, em primeira instância administrativa, os conflitos relacionados aos recursos hídricos;

VII - aprovar o Plano de Recursos Hídricos da Bacia;

VIII - acompanhar a execução do Plano de Recursos Hídricos da bacia e sugerir as providências necessárias ao cumprimento de suas metas;

IX - propor ao Conselho Nacional e aos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos as acumulações, derivações, captações e lançamentos de pouca expressão, para efeito de isenção da obrigatoriedade de outorga de direitos de uso de recursos hídricos, de acordo com os domínios destes;

X - estabelecer os mecanismos de cobrança pelo uso de recursos hídricos e sugerir os valores a serem cobrados;

XI - estabelecer critérios e promover o rateio de custo das obras de uso múltiplo, de interesse comum ou coletivo;

XII – contribuir com sugestões e alternativas para a aplicação da parcela regional dos recursos arrecadados pelo Fundo Estadual de Recursos Hídricos na região hidrográfica;

XIII - sugerir critérios de utilização da água e contribuir na definição dos objetivos de qualidade para os corpos de água da região hidrográfica;

XIV - examinar o relatório técnico anual sobre a situação dos recursos hídricos na região hidrográfica;

XV - exercer as atribuições que lhes forem delegadas pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente de Mato Grosso;

XVI - apoiar iniciativas em educação ambiental junto às instituições de ensino, empresas públicas e privadas e outras organizações civis, em consonância com a Lei nº 7.888 de 09 de janeiro de 2002, que institui a Política Estadual de Educação Ambiental, no sentido de subsidiar a implementação dos instrumentos da Política Estadual de Recursos Hídricos.

§ 1º - Das decisões dos Comitês de Bacia Hidrográfica caberá recurso ao Conselho Nacional ou aos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos, de acordo com sua esfera de competência.

§ 2º - No caso de ocorrer conflito entre Comitês de Bacia Hidrográfica, a arbitragem será feita pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos.

#### CAPÍTULO IV

#### DA COMPOSIÇÃO DOS COMITÊS DE BACIA HIDROGRÁFICA

**Art. 9º** - No que se refere à composição do comitê de bacia hidrográfica a ser prevista no regimento interno, deverá constar o seguinte:

I – número de representantes dos poderes executivos do Estado e dos Municípios, situados na bacia;

II – número de representantes da sociedade civil organizada:

a) entidades civis, como associações, instituições de ensino e pesquisa, organizações técnicas e profissionais e organizações não - governamentais, constituídas há pelo menos um ano, com atuação relacionada e comprovada com recursos hídricos e meio ambiente, assegurada a participação de representantes das comunidades indígenas com interesses na bacia;

b) representantes dos usuários da água, cujos usos dependem de outorga, diretamente ou através de suas entidades de representação de classe;

§ 1º - Nos Comitês de Bacia Hidrográfica cujos territórios abranjam terras indígenas devem ser incluídos, obrigatoriamente, nos termos do artigo 39, § 3º da Lei Federal nº 9.433, de 8 de janeiro de 1.997, um representante das comunidades indígenas ali residentes ou com interesses na bacia hidrográfica.

§ 2º - As vagas correspondentes às representações da sociedade civil e do Poder Público não pertencem aos seus representantes como pessoas físicas, mas às entidades públicas ou privadas representadas no Comitê de Bacia Hidrográfica, que poderão substituí-los, a seu critério, a qualquer momento.

§ 3º - Os usuários da água cujos usos dependam de outorga, só terão direito a compor o Comitê desde que o empreendimento tenha sido licenciado pelo órgão competente e a outorga tenha sido solicitada ou concedida, quando a mesma tiver sido implantada.

§ 4º - É vedada a designação de ocupantes de cargos públicos eletivos, nos âmbitos municipal, estadual ou federal, como representantes dos usuários da água ou das entidades civis de recursos hídricos.

§ 5º - As funções de representantes das entidades no Comitê de Bacia Hidrográfica não serão, a qualquer título, remuneradas e será considerada de relevante interesse público.

§ 6º - A indicação nominal dos representantes e suplentes mencionados neste artigo será efetuada pelo respectivo segmento e formalmente acolhida por ato próprio do Conselho Estadual de Recursos Hídricos.

§ 7º - A composição dos Comitês Estaduais das Bacias Hidrográficas será fixada pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos, observada a paridade entre o Poder Público e a Sociedade Civil, assegurada a participação de representantes dos usuários e das comunidades indígenas com interesses na bacia.

## CAPÍTULO V

### DA ORGANIZAÇÃO E SISTEMÁTICA DE FUNCIONAMENTO DOS COMITÊS DE BACIA HIDROGRÁFICA

**Art. 10º** - O processo de instituição de um Comitê de Bacia Hidrográfica, a ser fomentado e apoiado pela Secretaria Estadual do Meio Ambiente de Mato Grosso, observará as seguintes etapas:

I - elaboração da proposta de instituição do Comitê de Bacia Hidrográfica, com base nos critérios previstos no artigo 5º desta Resolução;

II - apresentação da proposta de instituição do Comitê de Bacia Hidrográfica ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos, em consonância com o artigo 5º desta Resolução, que designará à sua Secretaria Executiva a análise e parecer técnico sobre a proposta;

III - aprovação da proposta de instituição do Comitê de Bacia Hidrográfica pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos;

IV - mobilização dos atores existentes na bacia e divulgação do processo de instituição do Comitê de Bacia Hidrográfica, objetivando a ampla participação dos diversos segmentos;

V - constituição da Comissão Pró-Comitê, por iniciativa da sociedade, com apoio da Secretaria Estadual do Meio Ambiente;

VI - elaboração das normas e procedimentos para o processo de escolha e indicação dos representantes dos diversos segmentos que comporão o Comitê de Bacia Hidrográfica;

VII - elaboração de regimento interno, o qual deverá ser submetido à discussão no âmbito da bacia hidrográfica e posterior aprovação do Conselho Estadual de Recursos Hídricos;

VIII – realização do processo de escolha e indicação dos representantes;

IX – instituição do Comitê pela autoridade competente;

X – instalação do Comitê.

**Art. 11** - Cada Comitê de Bacia Hidrográfica deverá ter o seu Regimento Interno e encaminhar à aprovação do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, que deverá no prazo máximo de sessenta dias, contados a partir de sua aprovação, publicá-lo no Diário Oficial do Estado.



**Parágrafo Único** - As alterações do Regimento Interno dos Comitês de Bacia Hidrográfica deverão ser votadas em reunião extraordinária, convocada especialmente para esse fim e aprovadas por, no mínimo, dois terços dos membros e submetidas ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos, para análise das implicações legais e jurídicas no prazo máximo de quarenta e cinco dias, contados da data de seu protocolo.

**Art. 12** - Os Comitês de Bacia Hidrográfica serão dirigidos por um Presidente e um Secretário, eleitos por seus membros.

**§ 1º** - Os mandatos do Presidente e do Secretário serão coincidentes, podendo ser reeleitos para um único período subsequente.

**§ 2º** - A eleição e posse do Presidente e do Secretário para o primeiro mandato, ocorrerão na reunião de instalação do Comitê de Bacia Hidrográfica, em processo coordenado pela Secretaria Estadual do Meio Ambiente de Mato Grosso.

**§ 3º** - As reuniões e votações dos Comitês de Bacia Hidrográfica serão públicas, convocadas pelo Presidente de sua Mesa Diretora ou a requerimento de, pelo menos, um terço de seus membros titulares, dada à convocação ampla divulgação, com encaminhamento simultâneo, aos representantes, da documentação completa sobre os assuntos a serem objeto de deliberação, com antecedência mínima de vinte dias, quando a reunião for ordinária, e de dez dias quando for extraordinária.

**Art. 13** - O processo eleitoral para os mandatos seguintes, tanto para o preenchimento das vagas de cada categoria, quanto para a composição do Diretório, será definido pelo Regimento Interno de cada Comitê de Bacia Hidrográfica.

**Art. 14** - O Comitê de Bacia Hidrográfica contará com apoio técnico da Secretaria de Estado do Meio Ambiente de Mato Grosso, nos aspectos operacionais e de implementação da Política Estadual de Recursos Hídricos.

**Art. 15** - Quando houver Planos Diretores de Bacias e Plano Estadual de Recursos Hídricos e estudos referentes à respectiva bacia hidrográfica, as decisões tomadas pelos Comitês de Bacia Hidrográfica deverão ser compatíveis com os mesmos.

**Art. 16** - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Cuiabá-MT, 31 de maio de 2006.

**MARCOS HENRIQUE MACHADO**  
Presidente do CEHIDRO

**LUIZ HENRIQUE M. NOQUELLI**  
Secretario Executivo do CEHIDRO

*\* Publicada no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso em 04/07/2006.*

*\*\* Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial.*